

**“... ENTRE OUTROS” INCLUSÃO E INTERSECCIONALIDADE:
um diálogo possível?**

Marcelo Victor da Rosa¹
Marina Brasiliano Salerno²

Resumo: Neste artigo, relatamos as experiências pedagógicas provenientes da disciplina “Tópicos Especiais em Estudos Culturais: interseccionalidade e inclusão” lecionada conjuntamente por dois docentes no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. As aulas possibilitaram articular a interseccionalidade e inclusão para pensar a realidade escolar. Além disso, discutimos as diferentes temáticas de pesquisa dos discentes. Contudo, mesmo com o empenho da turma em compreender esses dois conceitos, alguns alunos tiveram dificuldade de entendimento conceitual, o que pode ser visto em ações capacitistas ou erros de leitura/abordagem interseccional, o que é preocupante se pensarmos na urgência de se concretizar um espaço inclusivo nas escolas.

Palavras-chave: Estudos Culturais; Pedagogia Cultural; Pós-graduação.

**“... AMONG OTHERS” INCLUSION AND INTERSECTIONALITY:
a possible dialogue?**

Abstract: In this article, we report the pedagogical experiences arising from the discipline “Special Topics in Cultural Studies: Intersectionality and Inclusion” taught jointly by two professors in the Postgraduate Program in Cultural Studies at the Aquidauana Campus from the Federal University of Mato Grosso do Sul. The classes made it possible to articulate intersectionality and inclusion to think about the school reality. Furthermore, we discuss the different research themes of the students. However, even with the class’s commitment to understanding these two concepts, some students had difficulty in conceptual understanding, which can be seen in ableists actions or error in intersectional reading/approach, which is concern if we think about the urgency of creating an inclusive space in schools.

¹ Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. lattes: <http://lattes.cnpq.br/9826086389046368> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0621-0389> E-mail: marcelo.rosa@ufms.br

² Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora e Mestra em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). lattes: <https://lattes.cnpq.br/2065386708572270> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3736-4740> E-mail: marina.brasiliano@ufms.br

“... ENTRE OTROS” INCLUSIÓN Y INTERSECCIONALIDAD: ¿un posible diálogo?

Resumen: En este artículo, relatamos las experiencias pedagógicas desde la disciplina “Temas Especiales en Estudios Culturales: interseccionalidad e inclusión” enseñada conjuntamente por dos profesores en el Programa de Posgrado en Estudios Culturales del Campus de Aquidauana de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul. Las clases permitieron articular interseccionalidad e inclusión para pensar la realidad escolar. Además, discutimos los diferentes temas de investigación de los estudiantes. Sin embargo, incluso con el compromiso de la clase de comprender estos dos conceptos, algunos estudiantes tuvieron dificultades en la comprensión conceptual, lo que se puede ver en acciones capacitistas o errores en la lectura/enfoque interseccional, lo cual resulta preocupante si pensamos en la urgencia de crear un espacio inclusivo en las escuelas.

Palabras clave: Estudios culturales; Pedagogía cultural; Posgraduación.

INTRODUÇÃO

Inserida no desenvolvimento profissional docente, a Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado é um caminho percorrido por profissionais de diferentes áreas para continuação de sua formação inicial, aprofundando conhecimentos em áreas específicas. Os programas de Pós-Graduação no Brasil, possuem o objetivo de fomentar a formação e, principalmente, produzir conhecimento, já que faz uso das metodologias de pesquisa que garantem a confiabilidade do processo de levantamento e análise dos dados de acordo com as especificidades de cada área.

Diante desse espaço, o presente artigo objetiva analisar o desenvolvimento de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCult/Cpaq/UFMS). O PPGCult teve sua primeira turma de ingressantes no ano de 2019, o que destaca dois pontos: ser um programa novo, iniciado em um momento político de pouco fomento para a educação no Brasil e o outro, as ocorrências do ano de 2020 com o período pandêmico.

O desafio de ser professor em tempos de pandemia da Covid-19³ aliado ao de compartilhar uma disciplina com outro professor foi decisivo para que no ano de 2022 no PPGCult/Cpaq/UFMS, fosse oferecida aos discentes do referido curso de mestrado a disciplina “Tópicos Especiais em Estudos Culturais: interseccionalidade e inclusão”. Salientamos que a divisão de disciplinas é uma prática estimulada no programa que encontra-se na área interdisciplinar e busca analisar objetos de estudo conectados com diferentes miradas, a partir de diferentes abordagens.

Importante destacar que o professor e a professora não dividiram as aulas de forma que cada um ministrasse um conteúdo em dias distintos para a turma, ao contrário, todo o processo de planejamento, ministração das aulas e avaliação foi realizado conjuntamente. As aulas ocorreram no segundo semestre de 2022, às quintas-feiras das 19h00 às 23h00, horário de Mato Grosso do Sul, no formato telepresencial em sala on-line (Google Meet⁴) com uma carga de 64 horas. As aulas não foram gravadas, pois prezamos pela interação entre todas as pessoas matriculadas.

A escolha desse formato de aula e do horário levou em consideração a difícil tarefa de alinhar o trabalho profissional presencial com os estudos, principalmente dos alunos professores, que não têm afastamento das suas atividades laborais para frequentar a pós-graduação. Também participaram da disciplina “alunos especiais” que, por meio de edital, foram selecionados para cursá-la, sem que fosse obrigatório pertencerem ao PPGCult.

Para a disponibilização dos textos básicos e complementares de cada aula, assim como vídeos educativos acerca do conteúdo, utilizamos o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA⁵). A quantidade de textos básicos teve, por média, dois artigos por encontro, para priorizarmos as leituras essenciais para o entendimento dos conteúdos trabalhados. Cada texto básico ficava sob responsabilidade de um debatedor (discente) que tinha por função iniciar o

³ Somente em 05 de maio de 2023 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da Covid-19 como emergência sanitária global, como podemos conferir nessa notícia: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-05/oms-declara-fim-da-emergencia-em-saude-por-covid-19>. Acesso em 26 de maio de 2023.

⁴ Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google.

⁵ <https://ava.ufms.br/>

momento de reflexão da aula, trazendo questões, apontamentos, dúvidas e/ou potências provenientes da leitura.

O objetivo desse momento não era de descrição do texto, já que todos haviam lido, mas sim, trazer pontos de debate, vídeos que se relacionassem ao tema central para, então, iniciar a discussão sobre o conteúdo da aula. De modo complementar, sugerimos muitos textos em formato de artigo ou livros, que foram acessados conforme o interesse e objeto de investigação dos discentes.

Em relação ao professor, temos um branco, homossexual, gordo, licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Educação pela UFMS. Já a professora é branca, heterossexual, licenciada, mestre e doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em relação ao perfil dos discentes, tivemos a participação de mulheres, homens, heterossexuais, homossexuais, brancos, negros, indígenas, jovens, adultos e pessoas sem deficiência (nenhuma condição de deficiência foi relatada). Os estudantes residiam em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul (MS), e outros em diferentes cidades do interior do estado, principalmente em Aquidauana e Dourados, assim como um “aluno especial” de Pernambuco.

Além dos matriculados no PPGCult, tivemos alunos que faziam mestrado em outros cursos da UFMS como: Educação e Educação Matemática, e, em diferentes instituições, por exemplo, Letras na Universidade Federal de Pernambuco e Antropologia Social na Universidade Federal da Grande Dourados. Também tivemos a participação de uma aluna Mestra em Educação na UFMS.

Após esse breve cenário da disciplina, é importante contextualizar os dois principais conceitos aqui trabalhados: interseccionalidade e inclusão. Vamos iniciar pela interseccionalidade, esse enunciado foi criado por Crenshaw (2002), a partir da percepção da vida concreta experimentada pelas mulheres negras participantes do movimento feminista nos Estados Unidos, disseminou-se rapidamente para outros contextos, no sentido de abandonar propostas de

estudo pautadas unicamente em um marcador social da diferença, assim como, aquelas que tão somente consideram que devemos unir dois ou mais marcadores, na ideia de duplo ou triplo preconceito.

Para Gabriela Kyrillos (2020) mesmo antes da interseccionalidade ser assim nomeada, já era uma preocupação existente no interior de outros movimentos sociais e de outros textos teóricos externos ao movimento feminista negro estadunidense, que as relações de gênero e raça fossem lidas para além de um conceito monolítico.

Tanto gênero, como raça, e outros marcadores sociais da diferença, tais como deficiência, sexualidade, geração, religião, escolaridade, classe social e territorialidade, nessa perspectiva teórica da interseccionalidade, são concebidos conforme nos aponta Carlos Henning, que esses “[...] interagem, contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações” (Henning, 2015, p. 100). Contudo, esse mesmo autor amplia esse entendimento a partir da ideia de agência interseccional, na qual existe a possibilidade de processos de resistência produzidos pelos sujeitos marcados pelas diferenças, desta forma:

Em outras palavras, ressalta-se a importância de atentar para os modos os quais os sujeitos potencialmente se utilizam de suas próprias marcas identitárias interseccionais (assim como na relação com os traços identitários interseccionais de outras pessoas) de modo a lidar com a criação, o questionamento e a desconstrução social de desigualdades (Henning, 2015, p. 117).

Para uma compreensão inicial do que seja interseccionalidade, entendemos oportuno trazer alguns pontos elaborados por Luis Hirano (2019) para balizar esse conceito: 1) os marcadores sociais da diferença são categorias articuladas a sistemas classificatórios, construídas socialmente, contextualmente e de forma contrastiva; 2) estes marcadores não são entendidos como atributo inerente a humanos e não-humanos, mas como efeito da operação de complexos sistemas de conhecimento e de relações sociais; 3) os marcadores, embora irreduzíveis uns aos outros, são pensados na íntima conexão entre si; 4) eles mobilizam pessoas, coletividades e direitos; 5) em sua articulação, eles não apenas se superpõem ou se reforçam, mas operam com

frequência de modos tensos, ambíguos e contraditórios; 6) diferenças construídas socialmente não acarretam necessariamente desvantagens ou desníveis de prestígio, poder e riqueza, mas são recorrentemente marcadas por desigualdades no plano das representações sociais, que dão respaldo a posições e relações de assimetria, exclusão e iniquidade.

Em paralelo a essa temática, a inclusão abarca um processo de reorganização social que visa promover a efetiva participação de pessoas historicamente excluídas nos diferentes campos (lazer, trabalho, educação), tendo como enfoque inicial, e para o presente relato, as pessoas com deficiência (Silva; Seabra; Araújo, 2008). Inseridas nesse grupo estão as pessoas com deficiências visíveis e invisíveis, pessoas neurodiversas e pessoas com altas habilidades ou superdotação. Vale salientar que as nomenclaturas utilizadas são variadas quando se observa a legislação brasileira, por exemplo, as pessoas com transtorno do espectro autista são consideradas pessoas com deficiência para acessarem seus direitos (Brasil, 2015). Além de variadas, estão em constante modificação a partir da compreensão que se desenvolve e da atuação desse público em busca de seus direitos.

Os termos utilizados para se fazer referência a esse público se mostram relevantes, já que reverberam nas ações que partem dele e chegam a ele. Historicamente, Silva (1987) nos mostrou que o olhar voltado às pessoas com deficiência definiu o tratamento recebido, bem como o local em que as pessoas eram atendidas. Em uma linha temporal, o ano de 1981, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes⁶, pode ser considerado um marco que influenciou diferentes países que se propuseram a refletir sobre suas políticas envolvendo essa parcela da população (Silva; Seabra; Araújo, 2008).

A principal influência dessa ação no Brasil pode ser observada na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que faz menção específica às pessoas com deficiência utilizando terminologias da época. Tal presença, garante os direitos previstos em lei, entretanto, o acesso a esses direitos foi

⁶ Termo utilizado na época, atualmente usa-se pessoas com deficiência.

sendo modificado de acordo com influências internacionais, destacadas principalmente pela legislação educacional tendo como referência Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e, posteriormente, pela Lei 13.146 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

O que se observa em paralelo à elaboração legislativa, são barreiras atitudinais que perpetuam historicamente pelos preconceitos com o público que apresenta deficiência, olhares capacitistas que inferiorizam as pessoas que apresentam diferenças as quais se destacam quando encontram barreiras sociais, sejam elas arquitetônicas, programáticas, atitudinais, entre outras (Sassaki, 2009).

Tais aspectos traduzem as formas de compreender as ações e papéis das pessoas com deficiência, transitando entre um momento de influência do modelo biomédico, com enfoque nas causas e consequências físicas e fisiológicas das condições de deficiência, e o modelo biopsicossocial, que não se reduz às consequências biológicas, mas amplia para a análise das consequências sociais de se ter uma deficiência (Fogaça; Klazura, 2021).

Diante da dinâmica de inferiorização, infantilização, vulnerabilidade e marginalização das pessoas com deficiência, visível ou não, pode-se compreender tal condição como um marcador social da diferença. Entretanto, quando buscamos estudos que abordem a interseccionalidade e inclusão, encontramos lacunas terminológicas, conceituais e epistemológicas. Interessante observar que diante do viés estrutural ou construcionista da interseccionalidade, tem-se como base aspectos da tríade classe social, raça e gênero, sendo ampliado a outros marcadores sociais da diferença como idade, religião, idade, constando, geralmente, a condição de deficiência no termo “entre outros”.

Amaral (1994) destacou que as condições de deficiência são possíveis de serem adquiridas por uma pessoa sem essa especificidade, em caso de trauma, sequelas de doenças ou outras causas, e isso não se limita a uma raça, a um gênero, a uma classe social, a uma religião e assim sucessivamente. Entretanto, o corpo que experiencia a deficiência pode vivenciar consequências diante de

quadros de vulnerabilidades físicas, intelectuais e sensoriais e que muitas vezes é destacada como um marcador social da diferença.

Dessa forma, a complexidade dos termos unidos de tantas formas, mas especificamente aqui, junto a uma disciplina de mestrado, apresentamos os caminhos trilhados para as relações que foram sendo estabelecidas ao longo das dezessete semanas estabelecidas para o estudo.

Diante deste contexto bastante específico, a disciplina foi organizada em um primeiro momento para que pudéssemos compreender o conhecimento prévio de discentes sobre os principais termos: interseccionalidade e inclusão, os quais discutiremos adiante. A partir disso, retomamos aspectos conceituais de cada termo e trabalhamos com artigos recentes envolvendo a temática vigente, trazendo a discussão da pesquisa apresentada com seus dados e suas fragilidades.

A avaliação da disciplina foi realizada a partir da elaboração de um artigo final, individual, relacionando o tema da dissertação de cada aluno ou de possíveis projetos de pesquisa àqueles que ainda não eram discentes regulares de cursos de mestrado. O tempo para a elaboração envolveu um semestre, para que pensando as temáticas relacionando-as com os textos e discussões da aula.

O primeiro trabalho entregue foi realizado por uma cursista havendo a correção e sugestões de alterações e esclarecimentos do conteúdo construído. Optamos por essa abordagem para que os discentes também se colocassem nos lugares de avaliadores, não objetivando uma nota, mas o processo avaliativo.

Após a análise descrita acima, os artigos foram devolvidos aos docentes que finalizaram a avaliação. Como o objetivo da disciplina optativa era o da formação com qualidade, aqueles que não conseguiram alcançar a média estabelecida para a aprovação tiveram a oportunidade de realizar mais uma rodada de correção. Diante dessa atitude, as reprovações se voltaram apenas àquelas pessoas que desistiram da disciplina por motivos diversos.

Na sequência, apresentaremos potências percebidas nos dois tópicos (Inclusão e Interseccionalidade: descobrindo um “novo” conceito), além de percepções docentes tanto com relação às aulas, quanto às interações e ao trabalho em conjunto com professor e professora das áreas de estudos distintas.

INCLUSÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES

Sendo o processo de inclusão multifacetado, o que se esperava encontrar na avaliação diagnóstica foi observado. Primeiramente, todos os discentes responderam à solicitação de discorrer acerca da inclusão, ao contrário do observado em relação ao termo interseccionalidade, que será apresentado no próximo tópico. Notamos, assim, que existe o contato prévio com o termo, ainda que por vezes, se apresente de modo superficial e envolto em questões que permeiam o capacitismo.

Ao conversar com os discentes de graduação e pós-graduação nas últimas décadas, torna-se evidente o maior contato com pessoas que apresentem ou não deficiência, em diferentes espaços que não apenas o familiar, entretanto, a qualidade da interação e a expectativa que se tem diante desse público ainda merece um olhar atento para eliminar o conceito prévio de inferioridade e a comparação entre esses grupos.

Ao utilizar uma referência de Amaral (1994), provocamos a reflexão a respeito do quão lentos são os processos efetivos de mudanças atitudinais. Sem dúvida, um texto com quase 30 anos (já que estamos redigindo o presente artigo em 2023), deveria trazer mais defasagens que atualidades. Marco (2020), e Marchesan e Carpenedo (2021), abordam os aspectos capacitistas que vêm ao encontro de pontos de discussão utilizados por Amaral (1994).

Tais autores discorreram sobre os prejuízos para a pessoa com deficiência, quando marcadas pelo estigma capacitista, com olhares que inferiorizam, pois partem do princípio da não competência daquela pessoa em realizar as mais diferentes tarefas, de ocupar diferentes cargos, de chefiar grupos, de alcançar objetivos pessoais e profissionais. Assim, destacamos uma resposta para nossa análise dada por um de nossos discente:

Quando falamos de inclusão, nos referimos ao processo de oferecer oportunidades iguais a todos, ou seja, é uma maneira pela qual a sociedade precisa se adaptar para poder incluir, em todos os seus sistemas, as pessoas com necessidades especiais, e estas são preparadas para assumir um lugar na sociedade.

Notamos que há na resposta um movimento de “trazer para dentro” da sociedade pessoas dela alijadas, elemento que se observa na trajetória do processo inclusivo, que perpassou a normalização, a integração até alcançar a inclusão (Silva; Seabra; Araújo, 2008). Os autores nos esclarecem que a normalização refere-se à manutenção das pessoas com deficiência em instituições especializadas para prepará-las para a vida em sociedade, buscando-se a vida “mais normal” possível, sendo a normalidade brasileira permeada pelos padrões eurocêntricos e capitalistas.

A integração, principalmente na área educacional, abarcou a criação de classes especiais inseridas nas escolas comuns para atender às pessoas com deficiência e prepará-las para as classes comuns. Nota-se que, nesses dois momentos, tanto da normalização quanto da integração, o objetivo permeou a preparação para a vida, como se a vida fosse algo diferente para pessoas com e sem deficiência, já que aqueles sem deficiência se preparam para a vida vivendo-a.

Outro ponto que se destaca na fala apresentada, indica as adaptações sociais para receber as pessoas com deficiência, ou seja, indica que há limitações sociais para que essas pessoas não acessem com qualidade os mais diferentes espaços para trabalhar, estudar, se divertir. A ausência de adequação de locais e serviços torna-se barreiras de acesso a um determinado grupo social descrito, conforme a legislação brasileira vigente da seguinte forma:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Tal indicador aproxima-se do modelo biopsicossocial da deficiência que compreende o contexto no qual a pessoa está inserida, tratando indicadores de inclusão ou exclusão, ou seja, analisa o ambiente para compreender que

algumas barreiras impostas não possuem relação direta com a condição de deficiência em si (Fogaça; Klazura, 2021).

Ainda que conceitualmente avancemos para tais compreensões, atitudinalmente ainda observamos ações e compreensões que permeiam aspectos biomédicos e uma trajetória analisada por meio de nomenclaturas para fazerem referência às pessoas com deficiência que perpassam momentos de incompreensão e de busca de atenuação das suas condições (Fogaça; Klazura, 2021).

Tal questão foi observada nas respostas dos discentes por meio das seguintes terminologias utilizadas para fazer referência à pessoa com deficiência: “portador de alguma deficiência”, “pessoas com necessidades especiais”, “alunos especiais”, “anomalia e/ou distúrbios, que indivíduos ditos ‘normais’ não possuem”. Diante dessa questão terminológica, abordamos com os discentes a representação da forma como fazemos referência a esse público, pois abarca uma ferramenta política para que se possa compreender identidades e demandas sociais provenientes de uma condição específica (França, 2013).

Para além desse aspecto, observou-se o movimento de pensar a inclusão para grupos minoritários, historicamente excluídos do acesso a seus direitos sociais, como demonstrado no trecho a seguir retirado de uma das respostas discentes:

Não tenho base teórica para responder às questões apresentadas, penso, sem conhecimento aprofundado, como já mencionado, que a inclusão é uma forma de resolver problemas de interseccionalidade, que está ligada a problemas em relação às minorias, questões ligadas a gênero, raça, cor, idade e etc, problemas estes apresentados ao longo da história e que a inclusão seria uma tentativa de corrigir desigualdades criadas culturalmente nos campos citados.

Convém observar que no trecho supracitado podemos fazer a inserção de pessoas com deficiência no “etc”, assim como em “entre outros”, “outras minorias”. Isso significa compreender e debater e diluição de aspectos da diferença que merecem destaque e que, por vezes, em prol de uma maquiagem

inclusiva parecem ficar nas entrelinhas e na subjetividade de ideias como “todos/as” e “diversidade” (Abramovich; Rodrigues; Cruz, 2011).

O processo inclusivo destacou inicialmente as pessoas com deficiência, sem deixar de refletir sobre exclusões e marginalizações de outros grupos, entretanto, citar diretamente a condição da deficiência como um marcador social da diferença faz-se relevante para compreender os reflexos das condições plurais, nos contextos diversos que essas pessoas convivem.

Diante dessa análise e compreendendo que as questões relacionadas às pessoas com deficiência interseccionam com diferentes aspectos, abordamos temáticas relacionadas à construção cultural dessas pessoas (Sarmiento; Aguiar, 2022), quanto a necropolítica e influência da eugenia nos documentos legais brasileiros (Santos; Kabengele; Monteiro, 2022), nos aspectos raciais, de gênero e debate visando o capacitismo (Eugênio; Silva, 2022; Mello, 2019). Fizemos indicações, ainda, de leituras complementares dessas temáticas, que não serão apresentadas para evitar estender em demasia as referências bibliográficas.

Tais referências foram abordadas ao longo do semestre sempre em conjunto com outros textos que discorrem acerca dos aspectos da interseccionalidade e marcadores sociais da diferença, caminhando juntos com a aplicabilidade desses conceitos em diferentes pesquisas.

A cada aula uma pessoa ficava responsável por introduzir a discussão do texto lido, não resumindo o conteúdo (afinal todos deveriam ter lido o texto), mas sim provocando discussões acerca dos eixos principais trazidos pela obra. O que se observou, principalmente nos debates ao que se refere dos textos voltados à inclusão, foi que eles suscitaram a realização de análise de situações pessoais ou profissionais específicas, havendo a demonstração de dificuldade de compreensão e superação do viés capacitista dos discursos.

Em relatos realizados ao longo das aulas, discentes que atuavam como professores de pessoas com deficiência relataram as dificuldades cotidianas para a efetivação da participação desses alunos em suas aulas, entretanto, demonstravam necessidades de intervenção para conseguirem relacionar os entendimentos apresentados nos textos com a realidade na qual estavam inseridos. Foi interessante poder destacar que as dificuldades que estavam

sendo relatadas (pessoais ou profissionais) não relacionavam-se diretamente à condição de deficiência em si, mas a aspectos pertinentes às barreiras encontradas, principalmente arquitetônicas e atitudinais.

As barreiras atitudinais apresentam-se como a interação social que é balizada pela percepção individual que se tem com o público que apresenta deficiência, ou seja, pessoas que compreendem que uma condição física, neurológica, sensorial ou biopsicossocial, inferioriza quem a possui. Logo, essas concepções poderão dificultar a efetiva participação nos diferentes âmbitos da sociedade visto que características diversas fazem parte da humanidade, e poderão apresentar contribuições facilitadoras para o processo inclusivo.

Mello (2019) manifestou o conceito de capacitismo como aquele que abarca a discriminação das pessoas com deficiência e pode ser exposto de maneiras evidentes ou subjetivas por meio de atitudes ou expressões utilizadas. De modo subjetivo, percebemos ao longo da disciplina comentários referentes às pessoas com deficiência que nos levaram a essa reflexão como, por exemplo, dizer “nem eu consigo e eles conseguem”, como se pelo simples fato de não ter uma condição de deficiência o tornasse apto para realizar determinada tarefa.

A subjetividade presente no capacitismo se destaca, ainda, pela transformação de pessoas com deficiência em heróis da superação, pois cientes dos desafios sociais constantes a esse público, algumas pessoas se surpreendem ou se compadecem diante das ocorrências, por vezes não refletindo sobre a necessidade de justiça social, mas sim de um esforço individual de superação.

Ainda, ao longo das leituras de textos que abordaram a inclusão e interseccionalidade, analisamos fragilidades metodológicas e conceituais, principalmente relacionadas à interseccionalidade, havendo a mescla de abordagens sistêmica e construcionista. Tais análises indicam a necessidade de maior aproximação com a base teórica da interseccionalidade a fim de fortalecer os estudos que consideram a condição de deficiência.

A dificuldade em compreender aspectos teóricos da interseccionalidade, bem como destacar o público com deficiência foi evidenciada no processo de avaliação da disciplina. Como descrito na introdução, a elaboração do texto individual ocorreu ao longo do semestre e o indicativo de que os discentes

deveriam inserir na análise de seus estudos elementos interseccionais e da inclusão trouxe uma discussão interessante.

Já mais próximo do final do semestre, quando realizamos conversa para sanar possíveis dúvidas quanto a avaliação, uma discente perguntou como relacionaria a inclusão com seus estudos envolvendo a população cigana. O questionamento devolvido foi para saber se não haveria pessoas com deficiência dentro dessa população. Em uma busca rápida, a discente não encontrou estudos que abordasse tal temática, então debatemos que a ausência de dados também se configura como informações que compõem o conhecimento.

As dificuldades de expansão de nossos estudos para abarcar o grupo com deficiência demonstra a necessidade de destaque desse público que ainda se mantém nos termos “entre outros”. Já que foi demonstrada a dificuldade de relacionar que essas pessoas estão presentes nas diferentes raças, classes sociais, apresentam questões relacionadas ao gênero e sexualidade, etarismo, regionalismos, perpassam grupos indígenas e ciganos, ou seja, permeiam os diferentes grupos, entretanto, podem ser diluídos no “entre outros” e permanecerem à margem das pesquisas e da sociedade.

Dentro do “todos”, dentro da “diversidade”, encontramos pessoas que devem ser destacadas para que não passem despercebidas diante das pesquisas e da construção da justiça social. Ainda que tenhamos passado aproximadamente 15 semanas debatendo essa temática, a mudança de olhares e a ampliação de análise se mostrou um desafio para a construção do texto final avaliativo. Isso pode fazer transparecer a dificuldade de mudança atitudinal que o processo inclusivo grifa dentro de nossa sociedade. Ainda assim, a disciplina se mostrou um espaço de debate rico que despertou inquietações e, minimamente, apontou para a possibilidade de ponderação do processo de inclusão deste grupo específico.

INTERSECCIONALIDADE: DESCOBRINDO UM “NOVO” CONCEITO

Como comentado anteriormente, realizamos uma avaliação diagnóstica e a pergunta realizada foi: O que é interseccionalidade? Obtivemos a

participação de 23 discentes, destes, 07 expressaram que não conheciam esse conceito. A atividade consistia em responder sem realizar qualquer consulta, entretanto, observamos que algumas pessoas pesquisaram possíveis significados para a interseccionalidade, como podemos perceber na narrativa de um estudante

Ao me inscrever neste mestrado pensei em minha comunidade e principalmente nos meus alunos no que tange à busca do conhecimento, para fortalecer a minha cultura. E observando a palavra interseccionalidade já me deparei com um tema que não tenho como defini-la mas talvez já tenha vivido ou praticado. Como não sei o seu significado estou aqui para compreender e assim, através dela, a interseccionalidade, aprimorar o fortalecimento da minha cultura, da epistemologia da cultura Indígena Terena.

Essa narrativa expressa várias potências analíticas, se pensarmos na realidade de um homem indígena, professor, morador em uma aldeia indígena localizada em uma cidade do interior do estado de Mato Grosso do Sul, com precário acesso à internet (relatada pelo próprio discente), mas que se inscreveu em uma disciplina como “aluno especial” para ampliar seus conhecimentos e poder contribuir com a sua comunidade, o que já dialoga com o entendimento de interseccionalidade proposto por Patricia Collins (2017), quando a mesma focaliza a necessidade de não se reduzir a concepção de interseccionalidade a uma categoria analítica manuseada pela academia, uma vez que compreende que esta não deve ser aplicada tão somente com o intuito de encontrar “verdades” científicas. Sua aposta se dá pela busca por justiça social: “A verdade importa, porém, quando os estudos interseccionais privilegiam a verdade sobre a justiça, entrando no terreno escorregadio do conluio com hierarquias de poder [...]” (Collins, 2017, p. 14).

Algo que também chamou a atenção foi a prevalência de uma leitura sistêmica da interseccionalidade, afinal a condição de emergência da interseccionalidade se dá pela crítica que Kimberlé Crenshaw (2002) expressou a partir da percepção da vida concreta experimentada pelas mulheres negras participantes do movimento feminista nos Estados Unidos, pois, embora as críticas das mulheres tenham como principal argumento as práticas sexistas e

patriarcais, frequentemente as questões raciais não eram privilegiadas, o que resultava em práticas racistas.

Dessa forma, essa condição de emergência conversa com a resposta dada por uma “aluna especial”, mulher negra da disciplina.

Ao me inscrever para essa disciplina, busquei o conceito online, e confesso que apesar de eu mesma estar incluída neste conceito, eu realmente não sabia da existência deste termo e dos estudos que ele abrange. Após minha busca, compreendi que interseccionalidade é o encontro de várias questões que podem dificultar, ou impedir que o indivíduo se desenvolva com a mesma fluência que os demais que não passam por certas dificuldades. Sendo de extrema importância discutirmos e entendermos esse termo para nos posicionarmos como agente transformador e desenvolvermos maneiras de minimizar e equiparar o cenário para todos.

Interessante observar que como essa aluna e outros (como o estudante indígena da fala anterior) se matricularam na condição de “alunos especiais” em uma disciplina que não sabiam e/ou conheciam quais os conteúdos que seriam trabalhados, uma vez que não tinham conhecimento acerca da interseccionalidade. Bem, voltando à leitura sistêmica, é possível perceber ainda na narrativa acima que os argumentos reiteram o discurso de dificuldade e impedimento que uns passam e outros não.

Piscitelli (2008), entende que ao centralizar a discussão da interseccionalidade na chave da repressão/dificuldade/impedimento, o enfoque sistêmico, que frequentemente utiliza do referencial teórico de poder elaborado por Foucault, não lhe é coerente, na medida em que desconsidera que Foucault não restringe poder à repressão, mas também concebe poder como algo produtivo, que não apenas reprime, mas produz sujeitos. Ou seja, a abordagem sistêmica de Crenshaw, criticada por Piscitelli, ignoraria que as relações de poder, para Foucault (1988, p. 91) são compreendidas como “[...] onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”.

As relações de poder são enfatizadas pela aluna quando ela entende que “impedir que o indivíduo se desenvolva com a mesma fluência que os demais que não passam por certas dificuldades” o que está em jogo aqui é o discurso

de privilégio. Ou seja, uns teriam o privilégio de serem brancos, homens, heterossexuais, cisgênero, ricos, sem deficiência, cristãos, jovens, moradores do sul/sudeste do Brasil, escolarizados, magros e definidos corporalmente, enquanto outros são pretos, mulheres, LGBTQIA+, pobres, pessoas com deficiência, não cristãos, velhos, moradores do centro-oeste/norte/nordeste, não escolarizados e gordos.

Contudo se lançarmos um olhar interseccional para com as diferenças, o enunciado de privilégio é compreendido como limitante, conforme Sofia Favero (2019, p. 179)

Todavia, pensamos que a ideia de privilégio para suscitar o debate sobre as desigualdades sociais pode ser contraproducente, tendo em vista que ela esbarra numa certa ideia de homogeneidade em relação à norma. E isso, por mais bem-intencionado que seja, gera dificuldades quando queremos produzir uma leitura assertiva acerca das relações de poder. Ora, se todas as pessoas cis são iguais em oportunidades e dificuldades, logo, pressupõe-se que as pessoas trans também compartilham de vivências repetidas entre si.

A ideia de homogeneizar as diferenças é um problema para aqueles que trabalham com categorias de articulação, pois como bem complementa a mesma autora “Não se tem como, dessa forma, analisar uma situação de ‘privilégio’ levando em consideração apenas a cisgeneridade, pois pessoas cis podem ser ao mesmo tempo negras, pobres, gays, lésbicas, enfim, uma série de outras coisas [...]” (p. 180).

Não somente o enunciado de privilégio foi acionado pelas narrativas sistêmicas da interseccionalidade, outros também foram usados para fundamentar os argumentos e concepções acerca das desigualdades e diferenças. Um muito recorrente é o respeito, que assim como a aceitação, e tolerância são criticados por Maria César, André Duarte e Jamil Sierra (2013, p. 196), quando comentam que:

Neste processo de definição de territórios entre o mesmo e o diverso, o olhar dirigido pelo centro pode ser de rejeição e violência, assim como também de aceitação, respeito e tolerância em relação à diferença. Embora bem-intencionada em relação ao diverso, a posição “tolerante” jamais interpela a ficção que produz a separação entre o

O respeito é um enunciado hierárquico, pensado a partir de uma concepção polarizada entre as diferenças. Em um polo teríamos os negros, LGBT, mulheres, pessoas com deficiência, 60+ e analfabetos. No outro polo teríamos os brancos, cishéteros, homens, pessoas sem deficiência, jovens e escolarizados que dizem respeitar o primeiro polo, sem que isso altere tal dualidade.

Além disso, o respeito frequentemente vem acoplado com uma condição, algo como: “te respeito desde que [...]”, tal condição evidencia que a alteridade deve ser lida para além do “colocar-se no lugar do outro”, são relações de poder capilares, que expressam as variadas estratégias sutis de hierarquização, desigualdade, invisibilidade e inviabilidade das subalternidades.

Antes de continuarmos a retomada da constatação de uma prevalência dos argumentos sistêmicos expressos ao longo da disciplina, gostaríamos de destacar o equívoco usualmente empregado pelos alunos sistêmicos da compreensão de um somatório das opressões.

Trata-se de uma prática de adição dos marcadores sociais da diferença, como exemplo, trazemos a fala mencionada por uma aluna regular: “Eu acho que em uma análise interseccional devemos considerar que ser uma mulher preta e pobre é muito mais difícil do que ser apenas mulher e branca”. Essa narrativa não se aproxima de nenhuma das duas leituras/abordagens da interseccionalidade que estamos discutindo nesse texto, uma vez que para Kyrillos (2020, p. 7),

Ao buscar compreender essa realidade complexa - que, como abordado nas páginas anteriores, é uma preocupação antiga de muitas acadêmicas e/ou militantes dos feminismos negros -, Crenshaw lança mão do que ela nomeia como interseccionalidade, para abandonar propostas pautadas em categorias monolíticas de análises ou que, no máximo, as consideram de forma meramente aditivas.

Agora sim, retomando a prevalência dos argumentos sistêmicos iremos discutir o uso recorrente do empoderamento e lugar de fala. Vamos iniciar pelo

empoderamento. Na leitura estrutural/sistêmica algumas pessoas teriam poder outras não, logo, aquelas que não têm (podemos ler aqui como os-subalternos), principalmente as mulheres, devem ser empoderadas-

Esse modo de conceber o poder foi ao longo da disciplina tensionado pelo professor e professora, que o compreendem a partir das fundamentações foucaultianas não como algo que se tenha ou não tenha, mas sim, relacional, ele se exerce, por todas as pessoas, não da mesma forma, por isso, não cabe a ideia de empoderamento, uma vez que mesmo em contextos de opressão, o poder não estaria sendo exercido apenas pelos opressores, pois, como já mencionamos anteriormente, na mesma proporção e intensidade que quando o poder é exercido a resistência é acionada (Foucault, 1995).

Algo muito próximo à ideia de empoderamento é o discurso do lugar de fala. O acionamento do lugar de fala também esteve presente na disciplina. Ouvimos falas como: “O meu lugar de fala” ou “Esse não é o seu lugar de fala” são lidos por nós professor como uma volta ao essencialismo, tão combatido nas primeiras ondas do movimento feminista. Se antes combatiam a ideia do “Tenho pênis logo sou homem”, hoje algumas pessoas mais próximas a leitura sistêmica da interseccionalidade argumentam que “Você é branco e cis, logo não tens voz autorizada para falar sobre pessoas pretas e trans”.

Denisse López e Carlos Lopes (2022) fazem uma interessante investigação acerca do emprego do lugar de fala em artigos científicos. Os autores argumentam que as falas acima mencionadas, geralmente são usadas em artigos que não trazem qualquer fundamentação teórica que sustente tal uso. Além disso, existem produções que ao acionarem tal conotação trazem fontes conceituais. Temos também quem não faz um uso essencialista mesmo empregando o termo lugar de fala, e por fim, temos outras produções que são críticas ao uso do lugar de fala.

A título de exemplo, podemos citar Tiago Duque (2022, p. 221) que aposta na ideia de lugar de corpo,

Portanto, pelo pertencimento identitário não se legitima pesquisas, nem pela performance de gênero. Assim, as identidades não deveriam descredenciar ninguém a ser pesquisador ou pesquisadora diante de

qualquer temática de estudos. O que estou afirmando aqui é que, em se tratando de uma pesquisa como a minha, o meu lugar de corpo não pode ser desconsiderado, assim como também não deve ser tomado como um diferencial que impeça outras pessoas, com lugares de corpo distintos dos meus, de fazerem estudos como o meu.

O último ponto que gostaríamos de apresentar a partir de uma leitura sistêmica foi a não diferenciação entre marcadores sociais da diferença e sistemas de opressão. Vejamos a seguinte frase expressa por um “aluno especial”: “Tendo como base estruturas de poder coloniais, refere-se à coadunação de elementos de sistemas de opressão, como por exemplo: raça/etnia, gênero e classe social”. Raça, etnia, gênero e classe sociais são na verdade os marcadores sociais da diferença, que historicamente são associados respectivamente aos seguintes sistemas de opressão: racismo, machismo, patriarcado e neoliberalismo, entre outros. Acreditamos que tal diferenciação foi compreendida ao longo da disciplina.

A leitura sistêmica teve maior entrada e entendimento por parte dos alunos como um todo, já a leitura construcionista se apresentou como uma novidade para a maioria dos estudantes. Entretanto, temos exceções, vejamos a resposta inicial de um aluno especial que cursa mestrado em outra instituição

Quanto à interseccionalidade, penso nos diversos marcadores sociais da diferença como aquilo que inscreve o corpo, inclusive com relação às relações de poder. É toda a inscrição de raça, gênero, sexualidades, classe, geração, dentre outros, e não como aforismo (como já nos acena Akotirene), mas em como o conjunto de marcadores interdiz os/as sujeitos/as de modos distintos. É também (ainda de acordo com Akotirene) um *modus* metodológico de olhar para os/as sujeitos/as sem perder de vista esses marcadores.

Destacamos da narrativa acima, a ideia de interseccionalidade como algo não ligada ao aforismo e que atravessa os sujeitos de modos distintos. Na leitura construcionista, conforme Piscitelli (2008), os marcadores sociais da diferença não são compreendidos unicamente como condição de opressão dos sujeitos subalternos, mas sim, como categorias de articulação, que permitem uma complexificação do fenômeno pesquisado quando acionamos os mesmos.

Outra questão frisada ainda na narrativa do aluno supracitado, diz respeito às relações de poder. Como já frisamos anteriormente, as relações de

poder são exercidas de diversos modos, são regimes muitas vezes sutis e de difícil resistência. Atrelado a essa compreensão, temos a ideia de agência, que na abordagem construcionista é frequentemente acionada.

Sherry Ortner (2007) revisa as produções teóricas sobre agência e pontua que a definição do conceito envolve três componentes: 1) inerência (ou não) de intencionalidade, como conceito que pretende incluir todos as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito; 2) universalidade versus construção social, segundo a qual a agência é diferentemente plasmada, e também nutrida ou tolhida, em diferentes regimes de poder, e 3) estreita relação entre agência e poder.

Sobre a intencionalidade, Ortner (2007, p. 54) argumenta a partir da existência de um “continuum entre as práticas de rotina, que ocorrem com pouca reflexão, e os atos de agência, que intervêm no mundo com algo em mente (ou no coração)”. Outro ponto relevante é a questão da universalidade versus construção cultural de agência, a mesma argumenta que esta seja culturalmente construída e ainda destaca a importância da linguagem neste processo, uma vez que,

A agência de poder (desigual), tanto da dominação como da resistência, pode ser contrastada com o segundo modo principal de agência anteriormente apontado: o de intenções, propósitos e desejos formulados em termos de “projetos” culturalmente estabelecidos. Essa agência de projetos é, sob certos ângulos, a dimensão mais fundamental da idéia (sic) de agência (Ortner, 2007, p. 63).

Ortner (2007) ressalta que ter projetos próprios e culturalmente constituídos, permite aos subalternos uma outra condição de subalternidade, uma certa autenticidade cultural (ou pessoal) “nas margens do poder”, ou seja, esse conceito borra a ideia binária de poder a qual uns têm e outros não têm poder.

Outra importante pesquisadora que tem discutido a agência, é Neiva Furlin que a partir dos estudos de Judith Butler denota agência como “prática de articulação e de resignificação imanente ao poder de fazer” (2013, p. 397). Desta forma, remete a uma importância política e não simplesmente uma capacidade do sujeito. Nesta perspectiva, para constituição de agência, o

sujeito necessita se tornar resistência, ou seja, a prática de resistir aos códigos de conduta preestabelecidos (Furlin, 2013).

Por fim, trazemos a narrativa da aluna que cursa o mestrado em Educação na UFMS, esta respondeu que a interseccionalidade seria: “uma ferramenta que visa entender como se dão os deslocamentos, os discursos e os saberes que perpassam os marcadores sociais da diferença, sendo que estes podem ser raça, etnia, gênero, classe, escolaridade entre outros”. Quando ela usa a ideia de deslocamentos, se aproxima de uma leitura construcionista pois em uma perspectiva foucaultiana, o deslocamento conforme Edgardo Castro (2014) não seria a configuração de algo genuinamente novo, mas um movimento, uma torção do saber, que ganha novos contornos. A interseccionalidade em deslocamento permite inclusive que a mesma seja nomeada como categorias de articulação como propõe Piscitelli (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância em compartilhar a proposta realizada ao longo da disciplina abarcando a temática da interseccionalidade e da inclusão destaca-se pela forma de trabalho que sempre é estimulado, mas pouco praticado. Quando refletimos acerca do trabalho conjunto, compreendemos a aproximação e somatória de expertises docentes, bem como a composição de discussões para ampliação e aprofundamento das temáticas com o objetivo de conduzir os discentes da pós-graduação para outras formas de reflexão.

Um dos elementos que observamos enquanto docentes que orientam em programa de mestrado e doutorado é a dificuldade de elaborar relações do objeto de estudo que extrapolem a pesquisa, no sentido de compreender a complexidade das temáticas e, por conseguinte, conseguir visualizar as pesquisas individuais delimitando questões de modo coerente com justificativas plausíveis.

Tal objetivo, entretanto, pode não ser alcançado se as disciplinas compartilhadas sejam subdivididas por área de conhecimento docente, sem que haja a intersecção das especialidades. Buscamos constantemente, ao longo da

disciplina, elaborar as propostas de forma compartilhada, fazíamos relações das áreas no momento da disciplina, a partir de provocações e dúvidas trazidas pelos discentes, bem como realizamos nossos próprios questionamentos e tiramos nossas próprias dúvidas.

O protagonismo discente também reverberou ao longo do semestre com o objetivo de se afastar do modelo tradicional de seminário. Como todas as pessoas envolvidas deveriam ter lido os textos, a proposta não era explicar os mesmos, mas sim propor debates a partir da temática dos artigos, compreender a metodologia e suas possíveis fragilidades e, principalmente, relacionar o tema da aula com suas pesquisas.

Diante disso, compreendemos que a intenção voltou-se ao distanciamento de modelos tradicionais de ensino, sendo que nós docentes mantivemos a atenção em questões conceituais para sanar possíveis lacunas observadas a partir dos debates propostos.

Ainda assim, observamos a dificuldade discente em compreender elementos que diferenciam a interseccionalidade em seu viés sistêmico do construcionista, tanto ao longo das discussões de aula, quanto no momento de elaboração da avaliação. Compreendemos que tais elementos podem ser alcançados a partir do aprofundamento de estudos da interseccionalidade, bem como a aplicação prática dentro das análises, abarcando uma maturidade de pesquisa e interpretação de dados.

Muitas das questões que englobam a interseccionalidade são elaboradas a partir dos dados e não à priori, fato que pode gerar certa angústia, que pode ser consequência de um sistema positivista de pesquisa. Tal sentimento também foi observado diante da proposta que foge ao sistema tradicional de ensino, ou seja, ainda nos deparamos com as consequências de tais ações na pós-graduação.

Refletindo quanto ao processo inclusivo, destacamos a dificuldade em superar o olhar capacitista que se tem em relação as pessoas com deficiência, voltando sempre a discussões para elementos pessoais, mantendo-se a lacuna de pensar no coletivo ou, ainda, de pensar nesses sujeitos considerando os

marcadores sociais da diferença envolvendo raça, etnia, sexualidade, geração, territórios, e outras perspectivas de análise e áreas do conhecimento.

Diante desse quadro, observamos que a forma escolhida para a avaliação, individual e colaborativa, corroborou para o contato com diferentes textos e a inversão de papéis, já que os discentes puderem ser avaliadores, refletindo na qualidade, coerência e coesão textual, fazendo propostas para melhorias e recebendo o mesmo retorno de colegas.

Além disso, compreendendo o mestrado como um processo de formação, nós docentes, optamos por ampliar o prazo de entrega final para aquelas pessoas que, ainda com todo o processo, não conseguiram alcançar o objetivo que traçamos para a avaliação final da disciplina. Sem dúvida, isso demanda tempo para ser realizado e entendemos que parte da carga horária da disciplina também volta-se para esse processo.

Tal flexibilização colaborou para que nenhum discente fosse reprovado na disciplina. Tivemos “alunos especiais” que foram desistindo ao longo do semestre e também outros que não entregaram a avaliação final. Em geral, alegaram falta de tempo e/ou dificuldades conceituais para entregar o texto final solicitado. Entretanto, tivemos “alunos especiais” aprovados em diferentes cursos de mestrado tanto na UFMS quanto em outras instituições.

Dessa forma, compreendemos com êxito as trocas realizadas entre docentes, bem como o destaque daquelas pessoas que permaneciam constantemente nas entrelinhas, nos entre outros e no etc., pensando nesse público permeado por conceitos que podem nos revelar potências em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígio Assumpção. Corpo desviante/Olhar perplexo. *Psicologia*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 245-268, jan. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v5n1-2/a16v5n12.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em:

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Constituição (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência)*. Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André; SIERRA, Jamil Cabral. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, maio/ago., p. 192-200, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 171-188, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, jan., 2017.

DUQUE, Tiago. Lugar de corpo e diferenças no Pantanal. In: DROZDOWSKA-BROERING, Izabela; MARKENDORF, Marcio; OLIVEIRA, Geovana Quinalha de (Org.). *Memórias do corpo: apagamentos*. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 1, p. 219-239, 2022.

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. *Bagoas*, Natal, v. 13, n. 20, p. 169-197, jun., 2019.

FOGAÇA, Vitor Hugo Bueno; KLAZURA, Marcos Antonio. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13408/209209214023>. Acesso em: 16 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul., 2013.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. *In*: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUNA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Org.). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LÓPEZ, Denisse Brust; LOPES, Carlos Eduardo. O conceito de "lugar de fala": das possibilidades de delimitação aos riscos de esvaziamento conceitual. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 668-687, dez., 2022. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000300011&lng=pt&nrm=iso. acessos em 25 out., 2023.

MARCO, Victor di. *Capacitismo: O mito da capacidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MARCHESAN, Andressa.; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Revista Trama*, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul., 2008.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam et al. (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: ABA/ Nova Letra, p. 45-80, 2007.

SASSAKI, R. N. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr., 2009.

SILVA, Rita de Fátima da; SEABRA JÚNIOR, Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. *Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional*. São Paulo: Phorte, 2008.

Recebido em: 25/04/2024.

Aprovado em: 22/10/2024.

Publicado em: 24/04/2025.